



## **2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR**

**Projeto de Lei n. 067/2021, de autoria do vereador Wallace Oliveira**, que “DISPÕE sobre a concessão de descontos de impostos para as pessoas físicas e jurídicas que tenham contribuído no enfrentamento e combate à pandemia do Covid-19 no âmbito do município da Cidade de Manaus, e dá outras providências.”

### **PARECER DA COMISSÃO**

#### **I – DO RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei de autoria do vereador Wallace Oliveira, que “DISPÕE sobre a concessão de descontos de impostos para as pessoas físicas e jurídicas que tenham contribuído no enfrentamento e combate à pandemia do Covid-19 no âmbito do município da Cidade de Manaus, e dá outras providências.”

O projeto recebeu parecer favorável do relator ver. Bessa e foi rejeitado, por maioria dos presentes, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, É o relatório.

#### **II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Analisando o projeto, somos do entendimento de que o projeto não atende aos requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 14, cuja transcrição se faz abaixo:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no





exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará orçamentárias; II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.”

Dessa forma, a concessão de descontos de impostos, no fundo corresponde a uma criação de despesa (já que o Estado deixará de arrecadar), razão pela qual para que se conceda esse desconto, será necessário atender aos requisitos previstos no art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, considerando a fundamentação acima exposta opinamos pela ilegalidade do projeto.

### III. Voto

Diante do exposto, constata-se que a proposta contraria o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, não podendo seguir regular trâmite. Portanto, somos **contrários** à aprovação do Projeto de Lei n. **067/2021**.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 16 de Junho de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

(Assinatura digital)

**Ver. Dr. Eduardo Assis**

Presidente

(Assinatura digital)

**Ver. Marcelo Serafim**

Membro

(Assinatura digital)

**Ver.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Jacqueline**

Membro

(Assinatura digital)

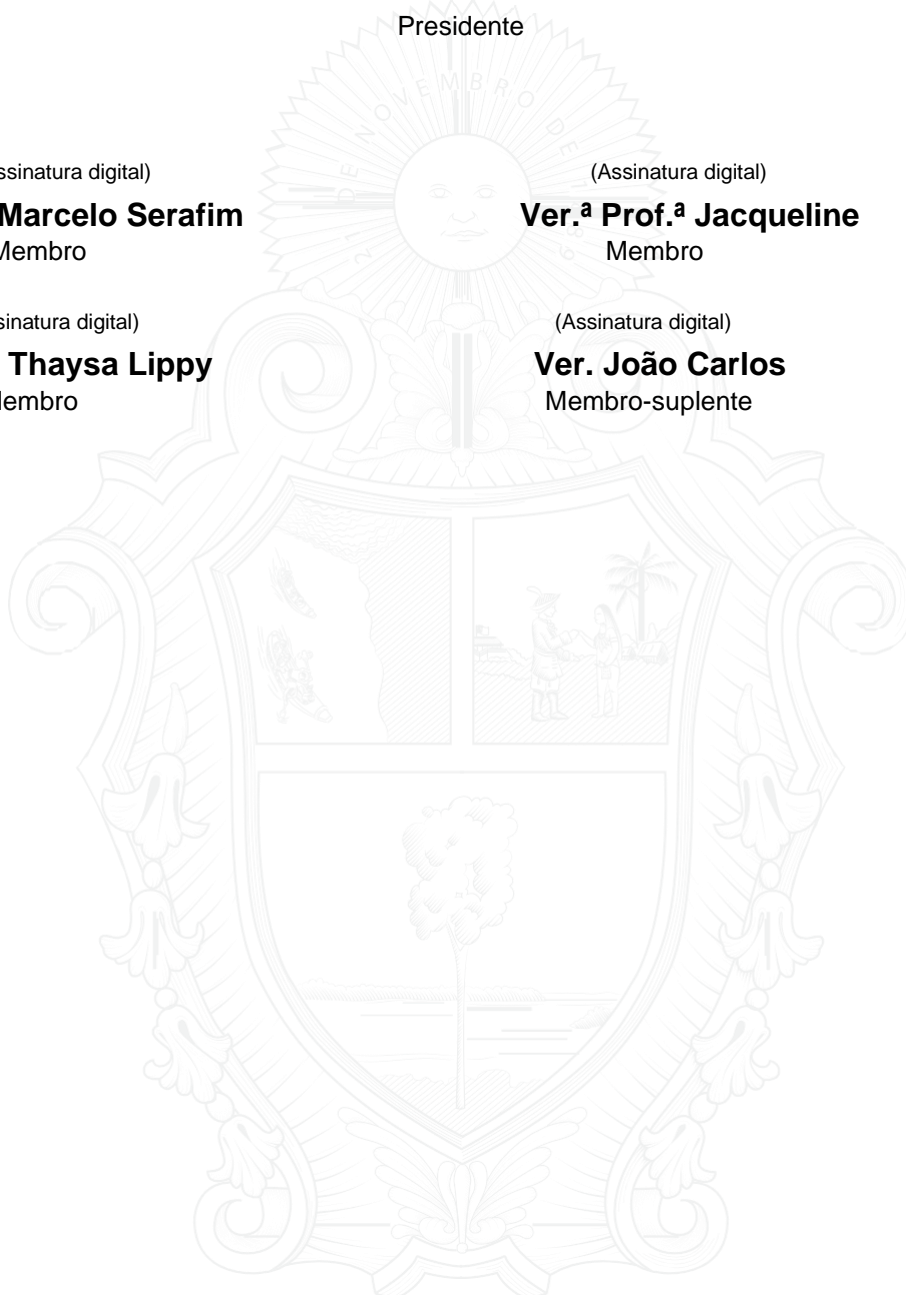
**Ver.<sup>a</sup> Thaysa Lippy**

Membro

(Assinatura digital)

**Ver. João Carlos**

Membro-suplente





## CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

### ASSINATURAS DIGITAIS

**MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORREA (CONCORDÂNCIA)** - VEREADOR - 508.641.732-53 EM 17/06/2021 11:35:59  
**JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO** - VEREADOR - 074.890.987-77 EM 17/06/2021 11:24:20  
**MARIA JACQUELINE COELHO PINHEIRO** - VEREADOR - 231.114.883-49 EM 17/06/2021 11:23:05  
**THAYSA LIPPY DE SOUZA FLORÊNCIO** - VEREADOR - 020.981.552-39 EM 17/06/2021 11:16:27  
**MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS** - VEREADOR - 715.257.182-15 EM 17/06/2021 11:26:40

